

Júri de policial acusado de matar jovem baleado em Santa Isabel é adiado

PAG. 05



Julgamento de Thiago Cavalcante de Melo foi suspenso após divergência entre defesa e Ministério Público. Ele é acusado pela morte de Matheus Nunes Siqueira, de 22 anos, baleado durante abordagem em 2022.



SUGESTÃO DE HOJE
MIGNON À PARMEGIANA
o tradicional filé, extremamente macio!

FILÉ MIGNON À MILANESA COBERTO COM MUSSARELA E MOLHO DE TOMATE, ARROZ E FRITAS

Portal 
Restaurante & Choperia

PEÇA PELO LINK DA BIO!



☎ (11) 93960-1477

☎ (11) 4657-5795

Av. Coronel Bertoldo, 1355
Santa Isabel - SP
(Ao lado do Portal Turístico sentido Rodovia Pres. Dutra)

Classificar facções como terrorismo pode criar mais problemas do que soluções

EDITORIAL

A decisão dos Estados Unidos de classificar o PCC e o Comando Vermelho como organizações terroristas deve ser analisada com cautela. À primeira vista, a medida pode parecer uma resposta dura contra facções criminosas que há décadas desafiam o Estado brasileiro. No entanto, quando observada sob o ponto de vista jurídico, diplomático e estratégico, ela levanta mais riscos do que benefícios concretos para o Brasil.

O promotor Lincoln Gakiya, integrante do Gae-co do Ministério Público de São Paulo e um dos principais nomes no combate ao crime organizado no país, foi direto ao ponto: chamar PCC e CV de terroristas não ajuda o Brasil neste momento. A avaliação é relevante porque parte de alguém que não fala de fora do problema, mas de quem investiga o avanço dessas facções há mais de 20 anos.

O combate ao crime organizado exige inteligência, cooperação internacional, rastreamento financeiro, tecnologia, investigação integrada e fortalecimento das instituições nacionais. Transformar esse debate em uma disputa política ou em um enquadramento importado pode gerar efeitos colaterais perigosos.

Há uma diferença essencial entre organização criminosa e organização terrorista. Facções como PCC e CV atuam com violência extrema, controlam territórios, movimentam dinheiro ilegal e desafiam a segurança pública. Mas sua lógica central é econômica, baseada no tráfico, na lava-

gem de dinheiro e no domínio de mercados ilícitos. O terrorismo, por sua vez, pressupõe motivação política, ideológica ou religiosa. Confundir essas categorias pode enfraquecer o rigor jurídico e abrir espaço para interpretações convenientes.

O problema não está em reconhecer a gravidade dessas facções. Ela é evidente. O problema está em aceitar que outro país defina, a partir de seus próprios interesses, como o Brasil deve enquadrar seus inimigos internos. A decisão norte-americana, anunciada em 28 de maio de 2026 e prevista para entrar em vigor em 5 de junho, coloca PCC e CV na lista de organizações terroristas estrangeiras e de terroristas globais especialmente designados.

Esse movimento pode afetar diretamente a soberania brasileira. Ao tratar facções nacionais como ameaças terroristas internacionais, os Estados Unidos ampliam suas possibilidades de atuação, inclusive com envolvimento de órgãos de inteligência e estruturas militares. Gakiya alertou que a mudança pode prejudicar a cooperação já existente com órgãos como FBI e DEA, justamente porque o tema passa a envolver também a CIA e a área de defesa norte-americana.

Esse é o ponto central. O Brasil precisa de cooperação, não de tutela. Precisa de apoio técnico, troca de informações, bloqueio de contas, rastreamento de armas, combate à lavagem de dinheiro e fortalecimento das investigações transnacionais. O que o país não

precisa é de uma medida que possa servir como instrumento de pressão diplomática, sanção econômica ou justificativa para ações unilaterais.

A experiência internacional também recomenda prudência. Os Estados Unidos já adotaram classificações semelhantes contra organizações criminosas de outros países, como cartéis mexicanos e grupos de El Salvador, sem que isso tenha eliminado sua capacidade de atuação. A força dessas redes não diminui apenas com mudança de nomenclatura. Diminui com investigação qualificada, asfixia financeira, cooperação policial eficiente e presença real do Estado.

É evidente que PCC e CV são ameaças graves. Negar isso seria ingenuidade. Mas classificá-los como terroristas pode ser uma resposta mais simbólica do que efetiva. E, em segurança pública, símbolos não substituem estratégia.

O Brasil deve combater suas facções com firmeza, inteligência e autonomia. Deve cooperar com outros países, inclusive com os Estados Unidos, mas sem abrir mão de sua soberania nem permitir que a pauta da segurança seja capturada por interesses políticos externos ou internos.

A pergunta que precisa ser feita não é se PCC e CV são perigosos. Isso já está claro. A pergunta correta é: essa classificação torna o Brasil mais seguro?

Pelo alerta de quem conhece o crime organizado por dentro das investigações, a resposta parece ser não.

Clientes da Sabesp têm até 30 de junho para regularizar débitos com desconto

CAMPANHA "ACERTANDO SUAS CONTAS"



Os clientes da Sabesp que tiverem débitos pendentes com a Companhia, independentemente do tempo de atraso, têm até 30 de junho para efetuar a regularização com desconto. Os benefícios da campanha incluem abatimento de 100% em juros, multas e correção monetária.

Além disso, há desconto no valor principal (a dívida original), que é progressivo e pode

chegar a 80%. A variação se dá conforme o perfil da conta e da situação cadastral do imóvel. As dívidas podem ser parceladas em até 36 vezes na fatura ou em até 24 vezes no cartão de crédito.

Os canais digitais são o caminho mais rápido para regularizar dívidas com desconto. Para isso, basta usar o WhatsApp principal (a dívida original), que atende 2,5 milhões de pesso-

as mensalmente, pelo número (11) 3388-8000. Além disso, também é possível contar com a unidade móvel da Companhia, a "Van Bora", que percorre o estado para facilitar o atendimento presencial aos clientes. Saiba mais sobre a "Van Bora" aqui.

Pelo WhatsApp no (11) 3388-8000; Pelo telefone 0800 055 0195 (ligação gratuita, 24 horas por dia).



Novas regras sobre saúde mental no trabalho entram em vigor

NORMAS OBRIGAM EMPRESAS A PREVENIREM RISCOS PSICOSSOCIAIS

Começam a valer nesta terça-feira (26) as novas regras de Segurança e Saúde no Trabalho. Com isso, empregadores, gestores e funcionários de todos os setores terão que cumprir normas mais rigorosas, procurando identificar e eliminar riscos ocupacionais, inclusive para a saúde mental dos trabalhadores.

As novas diretrizes e requisitos constam na última atualização da chamada NR-1, Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que trata do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) de forma geral. Ela é definida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em uma comissão tripartite, que reúne representantes dos empregadores e trabalhadores.

A atualização da NR-1 foi aprovada em agosto de 2024 e deveria entrar em vigor em maio de 2025. No entanto, o MTE decidiu conceder mais tempo para as empresas se adaptarem e implementou as novas regras em caráter educativo e orientativo.

Agora, com as diretrizes já em vigor, as empresas passam a ser fiscalizadas a respeito do cumprimento das diretrizes. O ministério informou que, durante os primeiros 90 dias, a fiscalização vai apenas orientar as empresas, indicando, quando necessário, a necessidade de adequações. Após este período, penalidades como multas e embargos serão aplicadas, conforme o caso.

O QUE MUDA COM A NOVA NR-1: A principal mudança aprovada na norma, em 2024, foi a obrigação das empresas passarem a identificar também “os fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho”, como, por exemplo, sobre-

carga de trabalho e assédio.

Até então, a norma estipulava apenas a obrigação das empresas indicarem, em seus Programas de Gerenciamento de Riscos, os perigos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes trabalhistas.

No manual de orientação que lançou em março deste ano, o MTE destacou que o gerenciamento dos riscos psicossociais abrange os aspectos relacionados à organização do trabalho que podem gerar efeitos psicológicos, físicos e sociais. Entre eles, o desengajamento ou agravamento de estresse no trabalho, esgotamento, Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) e depressão, entre outros. Isso não significa “verificar sintomas individuais” de cada trabalhador, mas monitorar de forma constante as condições de trabalho que podem afetar a saúde mental.

“Trata-se de considerar quais os fatores da atividade de trabalho são estressores, que podem levar à ocorrência de lesões ou agravos à saúde do trabalhador”, destaca o manual.

O ministério alerta que, para gerir os fatores de risco psicossociais, os empregadores também devem observar as disposições de outras normas regulamentadoras, sobretudo a NR-17, que trata da ergonomia no ambiente de trabalho.

RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA: Segundo o diretor científico da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (Anamt), Ricardo Beça, ao fazerem o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), as empresas terão que olhar com cuidado para a organização do trabalho,

evitando pressões excessivas sobre os funcionários, metas incompatíveis, sobrecarga, jornadas de trabalho mal organizadas, assédio, violência e falhas de comunicação.

“É importante frisar também que não é para fazer um diagnóstico psiquiátrico do trabalhador. É para identificar e controlar os fatores do trabalho que podem gerar ou agravar um adoecimento”, explicou Beça.

Em entrevista à Rádio Nacional, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), o médico salientou que a mais recente atualização da NR-1 foi importante por colocar a saúde psíquica e mental na lógica da prevenção e por redistribuir responsabilidades.

“Antes, o tema aparecia só quando já havia alguma crise [...] Saúde mental no trabalho é uma responsabilidade compartilhada. O trabalhador precisa buscar ajuda e a organização precisa identificar e controlar os riscos do trabalho também”.

PREVENÇÃO: Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, a saúde mental é uma questão fundamental no atual contexto, “ficando evidente a importância das organizações abordarem os fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho com o objetivo de prevenir o adoecimento mental e outras lesões e agravos à saúde do trabalhador”.

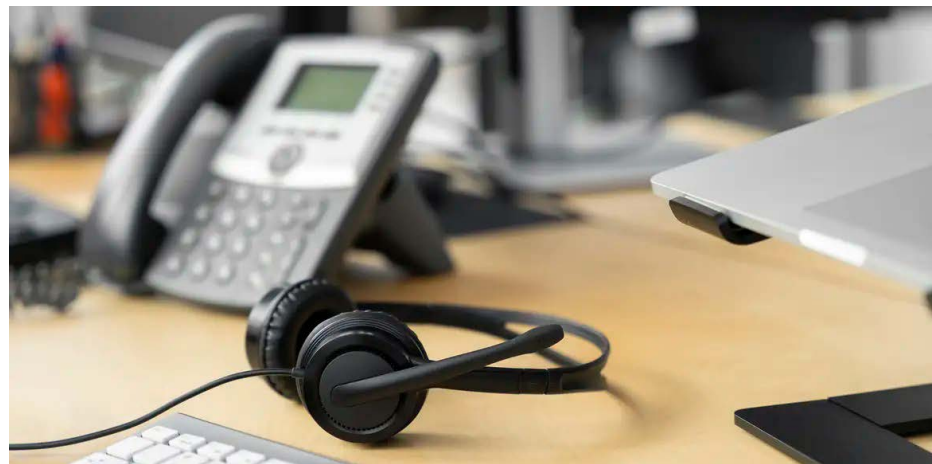
Em 2025, a Previdência Social concedeu 546.254 benefícios previdenciários por transtornos mentais e comportamentais. Um resultado 15,6% superior ao número de 2024, quando foram concedidos 472.328 benefícios.

As maiores causas de afastamento do trabalho por questões psicossociais registradas no ano passado foram os casos de trans-

tornos ansiosos (166.489) e os episódios depressivos (126.608). Na sexta posição ficaram os 23.773 casos de reação ao estresse grave e de transtornos de adaptação.

De acordo com a Associação Nacional de Medicina do Trabalho, os resultados dos últimos anos apontam para uma situação preocupante: os afastamentos do

trabalho por mais de 15 dias, decorrentes de transtornos mentais, entraram em uma trajetória de crescimento acelerado, com severos impactos financeiros.



NÃO PASSE VERGONHA, ECONOMIZE!

Na Ultrafarma é muito mais barato!



É verdade. Eu garanto!

COMPRE PELO SITE OU APP

VISITE NOSSAS LOJAS

ENTREGA EM TODO BRASIL

2% OFF NO PIX

ATÉ 5% DE CASHBACK NO CLUBE SIDNEY OLIVEIRA



Fim da jornada 6x1 opõe trabalhadores e empresários

CUT CELEBRA “VITÓRIA HISTÓRICA” E INDÚSTRIA E AGRO VEEM RISCOS

O fim da jornada 6x1 aprovada pela Câmara dos Deputados na noite desta quarta-feira (27) repercutiu de forma distinta entre entidades representativas de trabalhadores e do setor patronal. Enquanto a Central Única dos Trabalhadores (CUT) classificou a medida como “vitória histórica da classe trabalhadora”, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) avaliou a proposta como “inadequada e inoportuna”.

Para a CUT, o resultado concretiza “uma das principais reivindicações do movimento sindical nas últimas décadas”. A entidade atribui a aprovação à mobilização das centrais sindicais, à pressão de movimentos sociais e à negociação direta com parlamentares.

Em nota, a central convocou os trabalhadores a manterem a mobilização para pressionar o Senado a dar continuidade à tramitação da matéria.

A CNI, no entanto, avalia que a redução da jornada, sem transição adequada e sem ganhos de produtividade, pode elevar custos e pressionar preços, com impactos sobre empregos e a economia.

“Uma eventual redução da jornada de trabalho por imposição legal, sem transição adequada e sem ganho equivalente de produtividade, tende a elevar custos e pressionar preços de produtos e serviços”, argumentou.

A entidade defende que o tema seja analisado “com equilíbrio, responsabilidade e base técnica, considerando os efeitos sobre trabalhadores, empresas, consumidores e a economia brasileira, e não sob pressão de um ano eleitoral”.

A CNI sustenta também que mudanças dessa natureza devem ser tratadas por negociação coletiva, e não por regra constitucional uniforme, para preservar a segurança ju-

ridica, a competitividade e a capacidade de adaptação das empresas.

REPERCUSSÃO: Para a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a votação da matéria foi “movida por interesses eleitorais”, representando “grave retrocesso ao anular décadas de acordos e convenções coletivas”, além de afrontar a Constituição e ferir o princípio da segurança jurídica.

“O Congresso autorizou o rompimento abrupto de contratos vigentes”, afirma a entidade ao defender a liberdade de negociação entre patrões e empregados.

Outras centrais sindicais também se manifestaram favoravelmente ao fim da escala 6x1.

Em nota conjunta, a Força Sindical, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e a CUT classificaram a aprovação da proposta como uma “vitória”, fruto de negociação institucional e diálogo com o Congresso.

As entidades agradeceram o apoio do governo federal para a “conquista histórica” da classe trabalhadora.

“Destacamos o amplo processo democrático de negociação institucional e diálogo social construído junto aos deputados e deputadas, bem como o compromisso público demonstrado pelo governo federal, sob a liderança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que conferiu centralidade a esta pauta tão relevante para o povo brasileiro”, destaca a nota.

Ainda segundo as entidades sindicais, a implementação da nova jornada oferecerá aos setores econômicos “um horizonte claro de adaptação e transição, compatível com as transformações do mundo do trabalho e da organização produtiva contemporânea”.

As entidades afirmam, ainda, que a medida deve melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, ao ampliar o tempo para família, saúde e lazer. E lembram que a nova jornada tem como base experiências já implementadas em outros países, tendo como resultados o aumento da produtividade e a geração de empregos.

As centrais reforçam a necessidade de manter a mobilização para garantir a aprovação no Senado, e que o aprendizado obtido a partir desse debate se converta em consciência na hora de eleger parlamentares, governadores, senadores e presidente da República.

AGRICULTURA FAMILIAR: A presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), Vania Marques, disse que a aprovação da PEC “é o reconhecimento de que ninguém deve viver apenas para trabalhar”.

“O povo precisa de salário digno, descanso, convivência familiar, saúde e tempo para participar da vida comunitária”, defendeu.

A dirigente afirma que ao reduzir a jornada sem que haja perdas salariais “é afirmar que desenvolvimento não pode ser medido pela exaustão dos trabalhadores e trabalhadoras”.

A entidade enfatiza que a redução da jornada sem corte salarial representa

respeito a quem “produz e sustenta o país” e atribui o avanço à mobilização popular e à pressão sindical.

“Vale lembrar que essa conquista só chegou até aqui porque houve mobilização popular, pressão dos sindicatos, das centrais, dos movimentos sociais e de milhões de trabalhadores e trabalhadoras que disseram basta à jornada extenuante. Agora, o Senado precisa confirmar esse avanço”, acrescentou.

AGRONEGÓCIO: Entre entidades patronais do setor agropecuário, a reação foi contrária.

A Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep) rechaçou a aprovação da PEC e estimou que, se promulgada, a medida poderá gerar custo adicional de R\$ 4,1 bilhões ao agronegócio paranaense, referente a salários e encargos necessários para cobrir demandas operacionais.

A Faep argumenta que o dano não será restrito aos produtores, podendo afetar toda a cadeia do agronegócio.

“A aprovação da mu-

dança de jornada de trabalho sem envolver as entidades dos setores produtivos é um erro, pois não considera as peculiaridades de cada atividade. Desta forma, como está sendo discutida, a proposta vai comprometer a eficiência do agro, terá efeitos negativos imediatos e será desastrosa para a sociedade”, argumentou o presidente da Faep, Ágide Eduardo Meneguette.

A entidade destaca que, em determinados períodos, as atividades agrícolas exigem trabalho constante para garantir a safra, e que a redução da jornada significa, nesse caso, que o produtor terá de pagar “volumes massivos de horas extras ou contratar mais trabalhadores”.

Também critica o prazo de transição, considerado curto, e sustenta que a mudança pode comprometer a competitividade do agro e o desempenho econômico, defendendo maior diálogo com o setor produtivo e análise das particularidades do campo.



Júri de policial acusado de matar jovem baleado em Santa Isabel é adiado

PARA NOVEMBRO

O júri popular do policial Thiago Cavalcante de Melo, acusado de matar a tiros Matheus Nunes Siqueira, de 22 anos, foi adiado nesta quinta-feira (28), em Santa Isabel. O julgamento, que seria realizado nesta data, foi remarcado para 12 de novembro de 2026.

Thiago responde pela morte de Matheus, ocorrida em abril de 2022, durante uma abordagem em um posto de combustível da cidade. O jovem foi baleado na cabeça, chegou a ser socorrido, mas não resistiu aos ferimentos.

Segundo nota divulgada pelo Ministério Público, o adiamento ocorreu após uma divergência considerada relevante entre MP e defesa logo no início dos trabalhos, o que impediu a continuidade do julgamento.

A decisão de dissolver o



conselho de sentença foi tomada pelo juiz Carlos Eduardo de Moraes Domingos, após pedido da defesa. Os advogados alegaram que uma conversa entre um dos promotores e uma testemunha poderia comprometer o depoimento.

De acordo com a versão apresentada pelo promotor, a conversa teria ocorrido a pedido dos advogados da

própria testemunha, com o objetivo de tranquilizá-la em relação ao depoimento que prestaria durante o júri.

O Ministério Público discordou da decisão. Para o órgão, não houve prejuízo ao processo, já que a conversa teria sido apenas para acalmar uma testemunha de acusação antes do julgamento.

RELEMBRE O CASO: Matheus Nunes Siqueira foi morto no dia 20 de abril de 2022. Ele e um amigo estavam em um posto de combustível, em Santa Isabel, quando foram abordados por Thiago Cavalcante de Melo e outro policial, que estavam à paisana.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, durante a abordagem, um dos policiais entendeu que um dos jovens iria sacar uma arma e atirou. Matheus foi atingido na cabeça. O caso foi registrado por câmeras de segurança.

O processo seguiu no Tribunal de Justiça de São Paulo. Um dos envolvidos foi absolvido. Já o policial apontado como autor do disparo respondia ao processo em liberdade.

Familiares de Matheus acompanhavam o caso com



a expectativa de que o julgamento trouxesse uma resposta após mais de quatro anos da morte do jovem.

O tio de Matheus, Diogo Baptista Nunes Neto, afirmou que a família esperava por justiça.

“A gente perdeu a continuidade da nossa família, é o único filho da minha irmã. Eu acredito que hoje

a gente quer ter um alívio. Sei que não vou ter meu sobrinho de volta, a família sabe que a gente não vai ter a vida do Matheus de volta, mas esse é o mínimo que pode trazer de conforto para a nossa família”, disse.

Com o adiamento, o julgamento de Thiago Cavalcante de Melo deverá ser retomado em 12 de novembro de 2026.

Lipedema e Celulite têm tratamento!



O Velaryan é um equipamento exclusivo que, já na primeira sessão, reduz inflamações e gordura, melhora a circulação e alivia a dor do lipedema.

Ele estimula a circulação, diminui celulite, firma a pele, elimina toxinas e reduz retenção de líquidos tudo sem dor ou agulhas, com resultados rápidos e surpreendentes.

AGENDE SEU HORÁRIO!



Mariane Lobo
maison

Cresce percentual de paulistanos que apostam em bets para elevar renda

METADE DOS ENTREVISTADOS PELA FECOMÉRCIOSP JOGA COM FREQUÊNCIA

A proporção de paulistanos que aposta em plataformas online para ter um aumento rápido da renda doméstica aumentou dez pontos percentuais entre 2024 e 2026, segundo estudo divulgado nesta semana pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP).

Para a federação, os dados mostram que a cidade de São Paulo está afetada socioeconomicamente pelo fenômeno das bets, principalmente devido à exposição intensa das plataformas nas redes sociais.

Outras razões são a expansão dos meios de pagamento instantâneos - 96% dos entrevistados pagam os jogos com Pix - e a explosão de novas plataformas facilmente acessíveis por meio dos smartphones.

COMPLEMENTO DA RENDA: Os números obtidos pelo levantamento mostram que chega a 35% o percentual de entrevistados que declararam que apostam em busca de um aumento da renda. Em 2024, eles representavam um quarto dos apostadores entrevistados (25%). Foram ouvidas 600 pessoas entre 4 e 8 de maio de 2026.

A pesquisa constatou que, entre pessoas com renda que não ultrapassa dois salários mínimos (cerca de R\$ 3 mil), 40% apostam para elevar o orçamento doméstico.

Essa proporção cai para 30% na faixa entre dois e cinco salários e, para 29%, entre as famílias que ganham entre cinco e dez salários.

A metade da população paulistana (50%) aposta com frequência, o

mesmo percentual de dois anos atrás. Entre os entrevistados, 7% reconheceram sofrer de dependência de jogo.

A FecomercioSP avalia que “pessoas em situação de vulnerabilidade financeira têm recorrido cada vez mais a esse tipo de consumo de risco, como uma maneira de superar as condições difíceis do orçamento”.

“As classes baixas e médias dizem se valer das plataformas com mais ênfase do que aquelas de rendimentos mais altos. Isso acontece porque são essas faixas que mais demandam a expansão da

própria renda”, analisa a federação.

GASTOS COM BETS: De acordo com os resultados, também mudou a destinação que esses recursos teriam caso as plataformas não existissem. Um quarto (26%) dos paulistanos diz que, se não apostasse, guardaria esse dinheiro. Na pesquisa anterior, essa margem era de 19%.

Os dados apontam que parte significativa das pessoas usaria os recursos para consumos essenciais, como pagar as contas domésticas (14%) e comprar alimentos (13%).

As mulheres disseram mais que usariam o di-

nhheiro das apostas para comprar comida (18%) e pagar as contas (18%), enquanto 16% gastam até R\$ 100, e 12% investem até R\$ 200 nas plataformas.

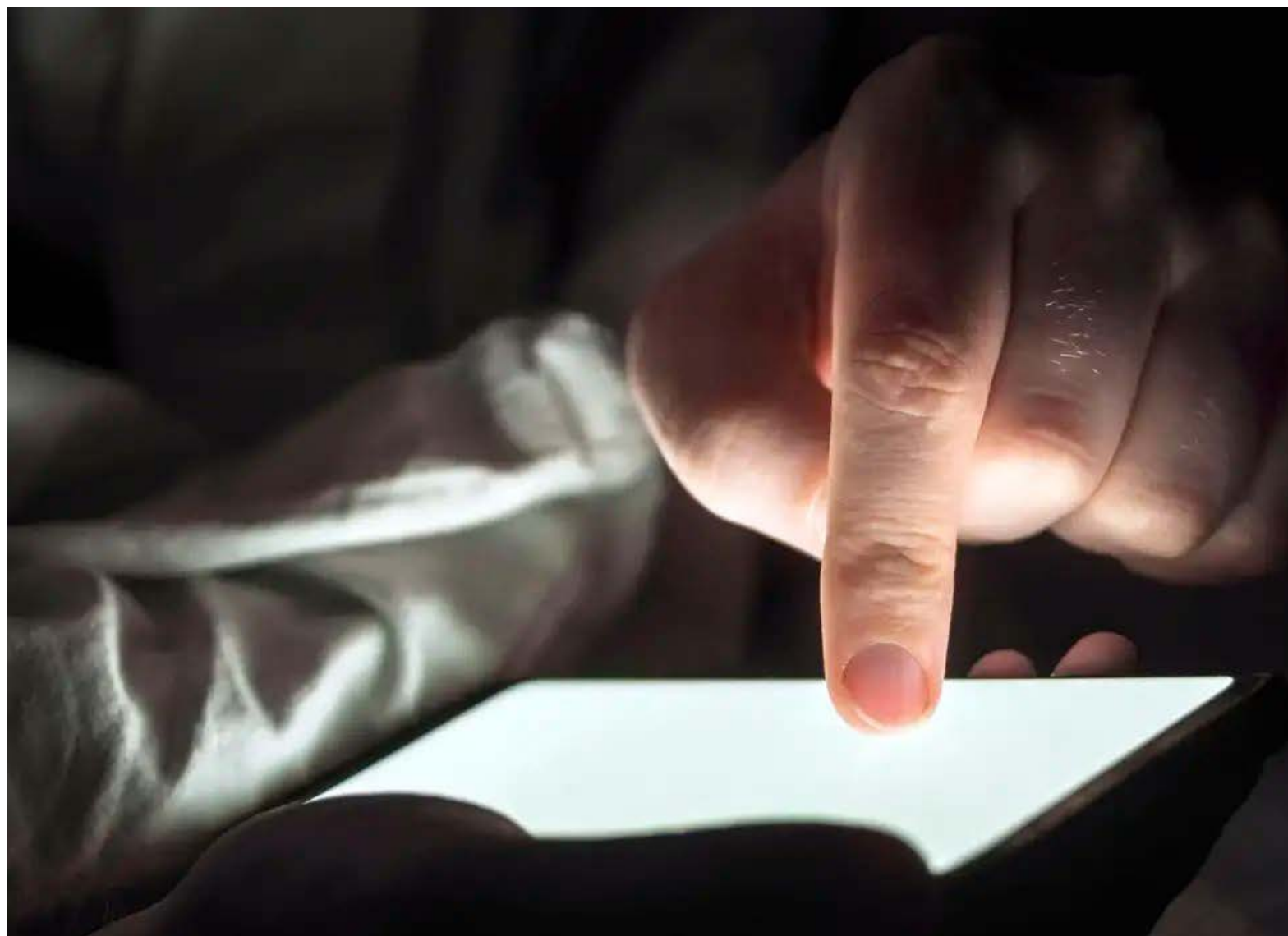
EMPRÉSTIMO PARA APOSTAR: O estudo também indicou que 12% dos paulistanos buscaram algum tipo de ajuda financeira para seguir apostando. Desses, 5% pediram dinheiro emprestado para amigos ou familiares, enquanto outros 4% ainda recorreram a empréstimos bancários.

“Esse é um dos dados mais sensíveis da pesquisa, uma vez que revela que um em cada dez paulistanos já teve

problemas financeiros ao apostar e precisou recorrer a terceiros para regularizar a situação”, observa a FecomercioSP.

A federação destaca que isso ocorre em meio a um quadro econômico complexo, marcado por endividamento e juros altos. “Só a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) da Federação de abril mostrou, por exemplo, que 72,9% das famílias da cidade estavam endividadas, o maior nível em três anos. Em cada dez delas, duas (21%) estavam inadimplentes”, ressalta a entidade.

Metade dos entrevistados (54%) afirmou não



MATRÍCULAS ABERTAS 2026

ANO NOVO, VIDA PROFISSIONAL NOVA!

Se 2026 é o ano da virada para
você, a oportunidade está aqui

ESCOLA TÉCNICA



MANHÃ ou NOITE

R\$ **380**
MENSAIS

TARDE

R\$ **310**
MENSAIS



CURSO DE AUXILIAR E TÉCNICO EM ENFERMAGEM

50%

**DE DESCONTO
NA MATRÍCULA!**

☎ (11) 2502-6956 📞 (11) 97063-2525

Rua Antônio Rodrigues Barbosa, nº 60

Centro - Arujá - SP

Polícia faz operação contra fraudes a idosos em Mogi

GOLPE

A Polícia Civil de São Paulo deflagrou uma operação para desarticular uma quadrilha suspeita de aplicar golpes financeiros contra idosos. A ação foi realizada pelo Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), por meio da 2ª Delegacia de Investigações Gerais (DIG), especializada na apuração de crimes de estelionato e fraude.

Ao todo, foram cumpridos oito mandados de busca e apreensão e três mandados de prisão temporária. As ordens judiciais tiveram como alvo endereços na capital paulista, em Mogi das Cruzes e em Santo André.

De acordo com a investigação, o esquema envolvia duas empresas do mercado financeiro que seriam usadas para aplicar golpes em série. As vítimas, em sua maioria idosos, eram abordadas por ligações

telefônicas ou redes sociais.

Os criminosos ofereciam falsas promessas de redução de juros, renegociação de dívidas e até venda de cursos para aprender a usar aplicativos de Inteligência Artificial que, segundo a polícia, não existiam.

As investigações começaram após denúncias encaminhadas pelos canais oficiais da Polícia Civil. A partir disso, os policiais realizaram análise de dados, levantamento de imagens e trabalhos de campo para identificar os suspeitos e a estrutura

usada pela organização.

Segundo o delegado Fúlvio Mecca, o grupo se aproveitava da vulnerabilidade das vítimas para criar uma falsa sensação de segurança e credibilidade.

“O bando se aproveitava da vulnerabilidade das

vítimas para criar uma falsa sensação de segurança e credibilidade. Era uma estrutura organizada, com divisão de funções e estratégias para dificultar a identificação dos responsáveis”, afirmou o delegado.

Com as provas reunidas,

a Justiça autorizou o cumprimento dos mandados. Os três alvos da operação foram conduzidos à delegacia.

Durante a ação, os policiais apreenderam celulares, notebooks e pelo menos seis veículos de luxo, que serão periciados.



3º GUARAREMA

JAZZ BLUES

FESTIVAL 2026

DE **04 A 07 DE JUNHO**
FERIADO DE CORPUS CHRISTI

DE 04 A 07 DE JUNHO
FERIADO DE CORPUS CHRISTI

35 ATRAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

📍 PALCO PAU D'ALHO E PALCO DEOCLÉSIA

COM ESPAÇOS
GASTRONÔMICOS
E MUITO MAIS!

🍷 🍔

ACOMPANHE NAS
REDES SOCIAIS

@prefeituradeguararema
@visiteguararemaoficial

CONFIRA A
PROGRAMAÇÃO



APOIO CULTURAL:








MINISTÉRIO DO
TURISMO



GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Cantareira vai continuar a ter captação de água menor em junho

SISTEMA ABASTECE 38 CIDADES DA REGIÃO METROPOLITANA

A Agência Nacional de Águas (ANA) informou que manterá o Sistema Cantareira operando na Faixa 2 - Atenção durante todo o mês de junho. A medida impõe restrições à captação de água dos rios e reservatórios durante o período seco, que vai até novembro.

Na faixa de atenção, a Sabesp, companhia de água de São Paulo, poderá captar até 31 m³/s, um pouco abaixo do volume normal de captação, de 33 m³/s, como forma de equilibrar os reservatórios dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.

Localizado ao norte e nordeste da região metropolitana de São Paulo, o Cantareira é o maior dos sete sistemas de abastecimento da região e responde por cerca de metade do volume de água disponível a 38 municípios.

“A ANA e a SP Águas reforçam a importância da adoção de medidas operacionais de gestão da demanda no contexto dos serviços de abastecimento de água tanto para a redução do consumo de água e de perdas quanto para o estímulo ao uso racional do recurso pela população. As agências recomendam, ainda,

a adoção de medidas de uso racional de água pelos demais usuários para preservar o volume de água armazenado nos reservatórios do Sistema”, explicou a agência reguladora, em nota.

A Sabesp faz uso de ações contínuas de diminuição de perdas, como redução da pressão durante parte do dia desde a estiagem do ano passado.

O estado tem adotado medidas preventivas diante de um possível agravamento das secas frente ao fenômeno El Niño, com alta probabilidade de ocorrência este ano.

FISCALIZAÇÃO DE QUEIMADAS: Uma operação para prevenção de incêndios e queimadas, feita pelo Ministério Público de São Paulo (MP-SP) e por batalhões

da Polícia Militar Ambiental, encontrou irregularidades em 179 locais. As autoridades lavraram 639 Termos de Vistoria Ambiental e cinco boletins de ocorrência, informou o MP-SP.

“Durante os trabalhos, foram verificadas as condições de manutenção dos aceiros (faixas sem vegetação que funcionam como barreiras para

conter o avanço das chamas), além da situação das faixas de domínio às margens de estradas e linhas férreas. No setor sucroalcooleiro, a fiscalização também incluiu a análise dos planos de prevenção a incêndios e da adoção efetiva de medidas preventivas”, informou o Ministério Público, em nota.

O programa de prevenção aos incên-

dios e queimadas foi aprimorado em 2024, quando as lavouras de cana sofreram incêndios bastante extensos, com a fumaça atingindo grandes cidades do estado e a própria capital. Desde então, os órgãos de fiscalização ambiental, a Defesa Civil e outras instituições têm atuado de maneira integrada para evitar que a situação se repita.





Laser ÔMER 3D para ONICOMINOSE

Elimina os fungos
com precisão

Estimula o crescimento
de uma unha nova,
clara e saudável

Penetra na unha e
na pele ao redor de
forma profunda



PIETRA OLIVEIRA
beauty



 **(11) 97139-4677**

**Av. Guilherme Alfieri, 146 - (Próximo à Santa Casa)
Parque São Benedito - Santa Isabel - SP**